



Desafios e horizontes da sociologia digital: uma análise da produção científica no brasil e no mundo

Leonardo Rafael Santos Leitão¹

Resumo: Este artigo apresenta um panorama crítico da Sociologia Digital, analisando suas trajetórias globais e brasileira por meio de uma revisão da literatura. Discute-se a gênese do campo, seus desafios teórico-metodológicos e temas centrais no Brasil, como a esfera política, as desigualdades e a institucionalização da área. Explora-se o diálogo com as Humanidades Digitais e a importância do engajamento público. Por fim, delineia-se uma agenda de pesquisa futura, reforçando a centralidade do campo para a construção de um futuro digital mais justo e democrático.

Palavras Chave: sociologia digital, sociedade digital, metodologias digitais, desigualdade digital, humanidades digitais.

Challenges and horizons of digital sociology: an analysis of scientific production in brazil and the world

Abstract: *This article presents a critical overview of Digital Sociology, analyzing its global and Brazilian trajectories through a literature review. It discusses the field's genesis, its theoretical-methodological challenges, and central themes in Brazil, such as the political sphere, inequalities, and the area's institutionalization. The*

¹ Universidade Federal da Fronteira Sul – Chapecó – Brasil – leonardorsl@gmail.com – ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6726-587X>

dialogue with Digital Humanities and the importance of public engagement are also explored. Finally, a future research agenda is outlined, reinforcing the field's centrality for building a more just and democratic digital future.

Keywords: *digital sociology, digital society, digital methodologies, digital inequality, digital humanities.*

Desafios y horizontes de la sociología digital: un análisis de la producción científica en brasil y el mundo

Resumen: Este artículo presenta un panorama crítico de la Sociología Digital, analizando sus trayectorias globales y brasileña a través de una revisión de la literatura. Se discute la génesis del campo, sus desafíos teórico-metodológicos y los temas centrales en Brasil, como la esfera política, las desigualdades y la institucionalización del área. Se explora el diálogo con las Humanidades Digitales y la importancia del compromiso público. Finalmente, se delinea una agenda de investigación futura, reforzando la centralidad del campo para la construcción de un futuro digital más justo y democrático.

Palabras Clave: sociología digital, sociedad digital, metodologías digitales, desigualdad digital, humanidades digitales.

INTRODUÇÃO

A vasta disseminação das tecnologias digitais na sociedade contemporânea fomentou o surgimento e a afirmação da Sociologia Digital como um domínio essencial de pesquisa. Este artigo propõe um panorama crítico da produção científica nesta área, examinando suas fundações históricas e conceituais, bem como as trajetórias, os temas proeminentes e os desafios enfrentados pela Sociologia Digital, tanto no cenário internacional quanto, com particular atenção, no contexto brasileiro. Ao analisar os diálogos com áreas afins, como os Estudos de Ciência e Tecnologia e as Humanidades Digitais, e ao destacar a importância do engajamento público e da interlocução com políticas públicas, busca-se não apenas mapear o estado da arte, mas também apontar perspectivas futuras e reforçar a relevância de uma sociologia capaz de decifrar e intervir criticamente nas complexas interações entre sociedade, tecnologia e poder na era digital. O texto se organiza iniciando pela gênese e delimitação do campo, seguido por uma análise da Sociologia Digital no Brasil, uma exploração dos diálogos e

contribuições no panorama global, e, por fim, uma discussão sobre as perspectivas futuras e a agenda de pesquisa para a área.

1: Gênese e Delimitação da Sociologia Digital: Um Olhar Histórico-Conceitual

A partir de uma revisão narrativa e crítica da literatura, este artigo propõe um panorama da produção científica no campo da Sociologia Digital, examinando suas fundações históricas e conceituais, bem como as trajetórias, os temas proeminentes e os desafios enfrentados pela área, tanto no cenário internacional quanto, com particular atenção, no contexto brasileiro. Ao analisar os diálogos com áreas afins, como os Estudos de Ciência e Tecnologia e as Humanidades Digitais, e ao destacar a importância do engajamento público e da interlocução com políticas públicas, busca-se não apenas mapear o estado da arte, mas também apontar perspectivas futuras e reforçar a relevância de uma sociologia capaz de decifrar e intervir criticamente nas complexas interações entre sociedade, tecnologia e poder na era digital.

A emergência da Sociologia Digital como um campo de investigação dedicado à compreensão das complexas interações entre as dinâmicas sociais e as tecnologias digitais não se configura como um evento isolado ou uma ruptura epistemológica abrupta. Pelo contrário, sua constituição é o resultado de um desenvolvimento intelectual gradual, com raízes fincadas em debates sociológicos preexistentes sobre a técnica e a sociedade, e que foi catalisado pela penetração cada vez mais profunda das tecnologias da informação e comunicação no tecido social (MISKOLCI, 2016; SHULTZ et al., 2022; SELWYN, 2019). O questionamento sistemático acerca do papel da tecnologia na configuração das relações sociais e nas estruturas de poder antecede a massificação da internet, encontrando nos Estudos de Ciência e Tecnologia (ECT) um terreno para as primeiras incursões críticas que pavimentaram o caminho para uma sociologia do digital. Selwyn (2019: 10-13) realiza uma importante recapitulação dessas “sociologias da tecnologia precedentes”, incluindo os teóricos clássicos e o desenvolvimento dos próprios ECT.

Aguilera Ontiveros (2022 ou 2023: 62) localiza nos ECT, já a partir das décadas de 1970 e 1980, um movimento intelectual que começou a desconstruir a noção da neutralidade da tecnologia, investigando suas intrínsecas dimensões sociais, políticas e econômicas. Neste contexto, autores como Langdon Winner (1986, apud AGUILERA ONTIVEROS, 2022: 63), também discutido por Selwyn (2019: 12), foram seminais ao demonstrar, por meio de exemplos concretos, como o próprio design dos artefatos tecnológicos pode incorporar e reproduzir

intencionalidades e relações de poder, questionando se “artefatos têm política”. Esta linha de argumentação foi reforçada pela perspectiva da Construção Social da Tecnologia (CST), articulada por pesquisadores como Bijker, Hughes e Pinch (1987, apud AGUILERA ONTIVEROS, 2022 ou 2023: 63; SELWYN, 2019: 12-13), que salientaram o papel fundamental dos processos de socialização, negociação e apropriação na moldagem e estabilização das tecnologias, contrapondo-se a visões deterministas. Essa crítica ao determinismo tecnológico², que vê a tecnologia como uma força autônoma que impõe transformações à sociedade, encontra eco em sociólogos como Raymond Williams (1974, apud MISKOLCI, 2016: 293), que propôs o conceito de “moldagem social da tecnologia” para enfatizar a agência humana e os contextos sociais na definição dos usos e efeitos das inovações técnicas.

A formalização do termo “Sociologia Digital” e sua consolidação como um campo de estudos³ específico começaram a tomar forma de maneira mais nítida no final dos anos 2000 e ao longo da década de 2010. Este período foi marcado por um esforço crescente de pesquisadores em diversas partes do mundo para sistematizar o estudo das implicações sociais da digitalização e da conectividade em rede. Miskolci (2016: 289) e Shultz et al. (2022: 134) identificam o artigo de Jonathan Wynn (2009), “Digital sociology: emergent technologies in the field and the classroom”, como uma das primeiras e influentes menções ao termo. Este trabalho seminal foi seguido por contribuições importantes como a coletânea “Digital Sociology: critical perspectives”, organizada por Orton-Johnson e Prior em 2013 (MISKOLCI, 2016: 289; SELWYN, 2019: vii), e o livro introdutório de Adrian Athique, “Digital Media and Society: an introduction”, também de 2013 (MISKOLCI, 2016: 289). No entanto, foi a obra “Digital Sociology” de Deborah Lupton, cuja primeira edição data de 2014 (LUPTON; FUENTES; GARCÍA MINGO, 2023: 240; SELWYN, 2019: viii), que se tornou uma referência central

2 O debate sobre o determinismo tecnológico ressurgiu com vigor no contexto da inteligência artificial. A tendência de tratar algoritmos e IAs generativas como entidades que “aprendem” ou “decidem” de forma autônoma é uma reedição contemporânea da visão determinista. Tal perspectiva ignora que os resultados dessas tecnologias são um produto direto dos dados (frequentemente enviesados) com os quais são treinadas e dos objetivos (humanos e institucionais) para os quais são otimizados, reforçando a necessidade de uma análise crítica sobre sua moldagem social.

3 É importante ressaltar que, embora o termo “Sociologia Digital” tenha se consolidado neste período, a prática sociológica voltada para as tecnologias digitais e suas implicações sociais já existia sob outras designações. Áreas como a Sociologia da Tecnologia, os Estudos de Ciência e Tecnologia (ECT) e a Sociologia da Comunicação já investigavam, há décadas, as relações entre sociedade e tecnologia, pavimentando o caminho para a formalização do novo campo. A emergência da “Sociologia Digital”, portanto, representa mais uma sistematização e um novo fôlego do que uma ruptura abrupta com as tradições sociológicas anteriores.

para a delimitação e popularização do campo em escala internacional. Pesquisadores de contextos diversos, como Upe (2023: 224) na Indonésia e Wibowo et al. (2023: 367), também reconhecem a importância de Wynn e Lupton como figuras pioneiras na articulação da Sociologia Digital. Outros nomes relevantes nos primórdios da conceituação do campo incluem Neal R. (2010) e Noortje Marres, com trabalhos a partir de 2012 (SHULTZ et al., 2022: 134; SELWYN, 2019: viii).

O escopo inicial e a própria definição da Sociologia Digital foram, compreensivelmente, objetos de intenso debate e reflexão, refletindo a diversidade de ênfases teóricas e preocupações metodológicas dos pesquisadores envolvidos. Uma vertente importante, como discute Miskolci (2016: 290), tendia a focar nos aspectos metodológicos, ou seja, no uso de ferramentas digitais para a pesquisa sociológica e na análise de grandes volumes de dados digitais (*Big Data*). Contudo, uma visão mais abrangente e crítica rapidamente se consolidou, defendendo que a Sociologia Digital deveria ir além de uma mera atualização instrumental. Deborah Lupton (2014, apud LUPTON; FUENTES; GARCÍA MINGO, 2023: 240), por exemplo, propôs um entendimento da Sociologia Digital que abarca quatro dimensões inter-relacionadas⁴: (i) a prática digital profissional dos sociólogos, incluindo o uso de ferramentas digitais para pesquisa, ensino e divulgação; (ii) a análise sociológica dos próprios dados digitais como fonte de *insights* sobre a vida social; (iii) a análise sociológica dos usos e apropriações das tecnologias digitais pelos diversos atores sociais; e, fundamentalmente, (iv) uma análise crítica dos meios digitais, examinando suas conexões com estruturas de poder, capital, desigualdades e as implicações éticas da sua proliferação. Selwyn (2019: 2) também enfatiza que a Sociologia Digital envolve não apenas pesquisar aspectos da vida social que são digitais por natureza, mas também questionar a relevância de métodos e teorias sociais familiares e desenvolver novas formas de investigação.

Esta visão mais ampla é corroborada por Miskolci, que advoga por uma Sociologia Digital que promova uma agenda de pesquisa extensa e uma reflexão teórico-conceitual aprofundada sobre os usos contemporâneos das mídias digitais, reconhecendo tanto as rupturas quanto as continuidades com fenômenos sociais preexistentes. Shultz et al., em sua análise dos problemas

4 A tipologia proposta por Lupton tornou-se uma referência central e amplamente adotada para a delimitação do campo da Sociologia Digital em escala global. Sua abordagem abrangente serve como um marco organizacional para inúmeras pesquisas e programas de ensino, sendo igualmente influente no contexto brasileiro, onde tem orientado a estruturação de agendas de pesquisa e a formação de novos pesquisadores na área, conforme atesta a recepção de sua obra no país

teórico-metodológicos do campo, também observam que, inicialmente, o objeto da Sociologia Digital era vasto e ainda em processo de delimitação, incluindo desde o estudo da construção de identidades online e a gestão de grupos em redes sociais até as complexidades da pesquisa sociológica em ambientes virtuais e a análise de “rastros digitais”.

O engajamento da Sociologia Digital com debates teóricos substantivos e o desenvolvimento de um arsenal metodológico, próprio ou adaptado, são marcas de sua consolidação internacional. Diversas correntes teóricas têm sido mobilizadas para iluminar as múltiplas facetas da vida digital. A economia política crítica, por exemplo, tem sido fundamental para analisar as estruturas de poder das grandes corporações de tecnologia, o fenômeno do “capitalismo de vigilância” (ZUBOFF, 2019, apud LUPTON, 2020: 6), a exploração do trabalho na chamada “gig economy”⁵ e os processos de dataficação e vigilância de dados (*dataveillance*) (LUPTON, 2020?: 6). Perspectivas foucaultianas, como explora Lupton 2020: 8-9) em sua análise sobre aplicativos móveis, e discutidas por Selwyn (2019: 32-34) em relação ao panóptico e às sociedades de controle, são frequentemente utilizadas para investigar as dimensões biopolíticas das tecnologias digitais, as formas de governamentalidade, o “cuidado de si”, e as práticas de automonitoramento que emergem com dispositivos como os *wearables*. O sociomaterialismo, incluindo a Teoria Ator-Rede de Bruno Latour (2005, apud LUPTON, [2020?]: 10) e o “materialismo vital” (BENNETT, 2010, apud LUPTON, [2020?]: 11), oferecem ferramentas conceituais para superar dicotomias entre humano e não-humano, analisando a agência distribuída e as complexas ecologias sociotécnicas que constituem o digital. Conceitos sociológicos clássicos e contemporâneos, como a “sociedade em rede” de Manuel Castells (2011, apud MISKOLCI, 2016: 276; UPE, 2023: 219; SELWYN, 2019: 24-25) e a “cultura da conectividade” de José Van Dijck (2016, apud MISKOLCI, 2016: 279), continuam a ser referências cruciais para entender as transformações estruturais impulsionadas pela digitalização. Adicionalmente, Aguilera Ontiveros (2022 ou 2023: 64) salienta a crescente importância de abordagens como o ciberfeminismo, que questiona a reprodução de assimetrias de gênero no ambiente digital e explora seu potencial desestabilizador, e as perspectivas decoloniais, que buscam uma compreensão crítica e situada das tecnologias para além de um viés eurocêntrico.

Paralelamente ao desenvolvimento teórico, a Sociologia Digital internacional tem se debruçado sobre os desafios e as potencialidades metodológicas do

estudo do digital. A análise de “*big data*” e de “rastros digitais” (MISKOLCI, 2016: 277; SHULTZ et al., 2022: 128; SELWYN, 2019: 73-79) tornou-se central, exigindo novas competências e ferramentas. Nesse sentido, a noção de “métodos de interface”, proposta por Noortje Marres (2017, apud VINHAS; SAINZ; RECUERO, 2020: 39; MARRES, 2012, apud SHULTZ et al., 2022: 134), busca renegociar as relações entre a pesquisa social digital, os Estudos de Ciência e Tecnologia e a Sociologia, explorando as “oportunidades epistêmicas” oferecidas pelas próprias ferramentas digitais. Observa-se uma adaptação criativa de métodos sociológicos tradicionais, como a Análise de Redes Sociais (ARS) para investigar interações e a formação de antagonismos em plataformas como o Twitter (VINHAS; SAINZ; RECUERO, 2020), e a aplicação da observação participante e não participante em ambientes virtuais, com suas particularidades éticas (SHURAEVA, 2020: 176). A etnografia digital, ou “netnografia”, também se consolidou como uma abordagem fundamental para compreender as culturas e comunidades online (LANE; LINGEL, 2022; SELWYN, 2019: 79-82). A qualidade, a representatividade e a interpretação dos dados digitais emergem como preocupações metodológicas constantes (ZHOU et al., 2019: 1405; SHULTZ et al., 2022: 141; SELWYN, 2019: 82-83), assim como a complexa relação entre o comportamento online e as práticas offline, um dilema encapsulado no conceito de “virtualidade real” (CASTELLS, 2000, apud SHULTZ et al., 2022: 132) e que permanece como um desafio central para o campo.

A trajetória inicial da Sociologia Digital, embora com uma notável influência de pesquisadores do Norte Global, particularmente do contexto anglo-saxão, tem sido progressivamente marcada por uma expansão e diversificação geográfica e temática. Os próprios textos que fundamentam esta análise atestam essa pluralidade, com contribuições significativas advindas da Rússia (KIBAKIN, 2020; SHULTZ et al., 2022; SHURAEVA, 2020), China (ZHOU et al., 2019), Indonésia (UPE, 2023; WIBOWO et al., 2023), e reflexões que abarcam a América Latina (AGUILERA ONTIVEROS, 2022 ou 2023) e a Austrália (LUPTON, [2020?]; LUPTON; FUENTES; GARCÍA MINGO, 2023). Essa diversidade se reflete nos objetos de estudo e nas abordagens adotadas: desde a análise de discursos políticos em mídias sociais no Brasil (VINHAS; SAINZ; RECUERO, 2020), passando pela sociologia do desenvolvimento de software e dos ecossistemas de código aberto na China (ZHOU et al., 2019), a investigação da adaptação tecnológica de pequenos negócios na Indonésia (UPE, 2023), até as discussões aprofundadas sobre os fundamentos teórico-metodológicos e os desafios éticos da pesquisa digital na Rússia (SHULTZ et al., 2022; SHURAEVA, 2020). Este movimento de diversificação é crucial para a vitalidade do campo, como ressalta Deborah

Lupton ([2020?]: 13; LUPTON; FUENTES; GARCÍA MINGO, 2023: 241) ao defender a necessidade premente de se pesquisar as experiências de usuários de contextos não-Occidentais e de grupos historicamente marginalizados, promovendo um necessário descentramento da produção de conhecimento em Sociologia Digital.

2. A Sociologia Digital no Brasil: Trajetórias, Temas e Desafios

A emergência e consolidação da Sociologia Digital no contexto brasileiro, embora conectada aos debates e avanços que marcaram o cenário internacional, apresenta contornos e prioridades que refletem tanto a trajetória singular da inserção das tecnologias digitais na estrutura social do país, quanto as agendas de pesquisa e as preocupações teóricas de sociólogos e cientistas sociais nacionais. A compreensão deste panorama local demanda um exame atento dos seus marcos iniciais, dos temas que catalisaram a produção científica, dos desafios metodológicos, teóricos e estruturais enfrentados pelos pesquisadores, e do processo, ainda em curso, de institucionalização deste campo de estudos.

O interesse sociológico pelas transformações induzidas pela crescente conectividade e pela intensificação da mediação digital nas relações sociais no Brasil pode ser rastreada a um movimento que, embora com certo descompasso temporal em relação a alguns centros hegemônicos de produção científica, acompanhou a massificação gradual da internet comercial a partir de meados da década de 1990. Este processo ganhou um impulso decisivo com a popularização dos *smartphones* e a consequente expansão do acesso à internet móvel, que permitiu a inclusão digital de segmentos mais amplos da população, inclusive de classes populares, nas décadas subsequentes (MISKOLCI, 2016: 280-281).

Neste cenário, Richard Miskolci (2016), em seu artigo “Sociologia Digital: notas sobre pesquisa na era da conectividade”, oferece uma reflexão que advoga pela constituição de uma Sociologia Digital no Brasil que transcenda a mera atualização de ferramentas metodológicas. O autor postula a necessidade de uma agenda de pesquisa abrangente, acompanhada de um robusto esforço de reflexão teórico-conceitual, capaz de apreender as especificidades dos usos contemporâneos das mídias digitais no país. Miskolci (2016: 275, 294) ressalta, pertinentemente, que a “era digital” brasileira não se define exclusivamente por rupturas e novidades tecnológicas, mas também pela reconfiguração, continuidade e, em muitos casos, pelo aprofundamento de fenômenos sociais e

desigualdades estruturais preexistentes, o que exige um olhar sociológico capaz de articular as transformações sociotécnicas com as formações sociais historicamente consolidadas no Brasil. Selwyn (2019: 14) reforça essa visão ao argumentar que a Sociologia Digital deve manter um forte senso de historicidade, conectando as preocupações atuais com o trabalho “pré-digital” da disciplina sobre tecnologia.

Exemplos da produção acadêmica nacional que buscam enfrentar os “desafios teórico-metodológicos da Sociologia Digital” (VINHAS; SAINZ; RECUERO, 2020: 37), a partir da análise de fenômenos empíricos brasileiros, são ilustrativos do vigor do campo. O estudo de Vinhas, Sainz e Recuero (2020) sobre os antagonismos discursivos em *hashtags* durante as eleições presidenciais de 2018, por exemplo, não apenas aplica, mas propõe uma sofisticada articulação interdisciplinar entre a Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe e a Análise de Redes Sociais (ARS) online. Este trabalho demonstra um esforço de desenvolvimento metodológico e teórico ancorado na realidade política brasileira, destacando a contribuição de pesquisadores como Raquel Recuero, cuja extensa produção sobre redes sociais e mídias sociais no Brasil (RECUEIRO, 2017; RECUERO; BASTOS; ZAGO, 2015, apud VINHAS; SAINZ; RECUERO, 2020) tem sido fundamental para a consolidação de um corpo de conhecimento específico sobre as dinâmicas digitais no país.

A agenda de pesquisa da Sociologia Digital brasileira, refletindo tanto preocupações sociológicas universais quanto as especificidades do contexto nacional, tem se debruçado sobre uma gama variada de temas. A análise da esfera política digital, incluindo a formação e circulação de discursos, a constituição da opinião pública online, os processos de mobilização social e os fenômenos de polarização e desinformação, configura-se como uma área de investigação particularmente proeminente (VINHAS; SAINZ; RECUERO, 2020). Tais estudos adquirem relevância singular em um país como o Brasil, caracterizado por uma intensa e, por vezes, conflagrada atividade política nas redes sociais, bem como por desafios significativos no combate à disseminação de notícias falsas e discursos de ódio.

Paralelamente, outra vertente robusta da Sociologia Digital no Brasil, bem delineada nos trabalhos de Miskolci (2016), concentra-se nos usos cotidianos das mídias digitais e em suas profundas implicações para a subjetividade, as relações sociais e as práticas culturais. A experiência da “conectividade perpétua” (CASTELLS, 2011, apud MISKOLCI, 2016: 282), viabilizada pela onipresença dos dispositivos móveis, redefine as fronteiras entre o público e o privado, transforma as práticas de autoapresentação – como exemplificado

pela cultura do “selfie”⁶ (MISKOLCI, 2016: 285) – e impacta a própria vivência do espaço urbano e as formas de participação cívica. Reflexões sobre eventos como as Jornadas de Junho de 2013 (MISKOLCI, 2016: 288) demonstram como as mídias digitais se tornaram arenas cruciais para a articulação e visibilização de demandas sociais. Adicionalmente, as investigações sobre o impacto das tecnologias digitais nas relações íntimas, na sociabilidade e na busca por parceiros amorosos e sexuais (MISKOLCI, 2016: 281), exploram como as plataformas digitais medeiam e reconfiguram esferas fundamentais da experiência humana.

Embora temas como a adaptação tecnológica de negócios (UPE, 2023) e os ecossistemas de software (ZHOU et al., 2019) sejam analisados em profundidade em outros contextos, eles também encontram paralelos e suscitam investigações relevantes dentro da Sociologia Digital brasileira, especialmente no que tange ao trabalho digital, à economia de plataforma e às novas formas de consumo e produção cultural. A discussão de Selwyn (2019) sobre o “trabalho digital” (*digital labor*), por exemplo, oferece um arcabouço crítico para analisar essas novas formas de trabalho e exploração no contexto brasileiro.

A aplicação e a adaptação de metodologias para o estudo do digital no contexto brasileiro constituem um campo de constante desenvolvimento e experimentação. A Análise de Redes Sociais (ARS), como ressaltado por Vinhas, Sainz e Recuero (2020: 40), tem se consolidado como uma ferramenta valiosa, cuja aplicação requer constante adaptação às particularidades sociolinguísticas das plataformas digitais no Brasil, como o uso de memes, gírias regionais e hashtags codificadas para mapear estruturas de interação e fluxos de informação em plataformas digitais no Brasil. Contudo, a Sociologia Digital no país, assim como em outras nações, enfrenta desafios teórico-metodológicos e estruturais singulares. A persistente e multifacetada desigualdade no acesso às tecnologias digitais e nos níveis de letramento digital – um ponto central na análise de Miskolci (2016: 281, nota 7), que destaca as disparidades regionais e o papel crucial dos *smartphones* na inclusão digital de segmentos populares – impõe limitações significativas. Essa “brecha digital” não se restringe a uma questão de infraestrutura, mas se manifesta como uma dimensão fundamental da desigualdade social

6 O termo é empregado aqui como uma categoria analítica para examinar as práticas de autoapresentação na era digital. Mais do que um simples autorretrato, o “selfie” é um objeto sociológico que permite investigar a construção performativa da identidade, a sociabilidade em rede e as novas formas de expressão da subjetividade mediadas pelas tecnologias.

brasileira⁷, que condiciona tanto os objetos de estudo da Sociologia Digital quanto as possibilidades e os vieses inerentes à pesquisa.

Para além das questões de acesso, emerge a necessidade de desenvolver e refinar arcabouços teóricos e metodológicos que sejam genuinamente sensíveis e adequados às especificidades socioculturais, políticas e econômicas do Brasil. A simples transposição acrítica de teorias e métodos concebidos em contextos predominantemente do Norte Global arrisca obscurecer dinâmicas locais ou impor categorias analíticas que não capturam a complexidade da realidade brasileira, um ponto que Selwyn (2019: 9) também, implicitamente, aborda ao discutir a importância de se situar a Sociologia Digital em relação ao “quadro geral” da sociologia, e evitar um foco excessivo nas “novidades” do digital em detrimento das “questões duradouras”. Nesse sentido, a ênfase de Miskolci (2016: 275) na importância de uma “reflexão teórico-conceitual sobre os usos contemporâneos das mídias digitais”, que considere as continuidades históricas e as particularidades da formação social brasileira, é de extrema pertinência. Nesse esforço de construir uma Sociologia Digital genuinamente brasileira, a interlocução com o campo florescente das Humanidades Digitais no país pode oferecer vias importantes para a adaptação e criação de metodologias inovadoras e para a análise de objetos culturais e sociais específicos da nossa realidade digital. Como argumenta Rhukuzage (2020), a própria Sociologia Digital pode ser vista como uma derivação das Humanidades Digitais. Selwyn (2019: ix) também reconhece a crescente indistinção entre o trabalho sociológico e o de áreas cognatas como as humanidades digitais, os novos estudos de mídia e os estudos computacionais. Essa convergência reforça a pertinência desse diálogo para o desenvolvimento de abordagens críticas e interdisciplinares que investiguem, por exemplo, a memória social em plataformas digitais, ou as novas formas de produção e circulação cultural mediadas pela tecnologia. Este diálogo é essencial não apenas para refinar ferramentas, mas, como Selwyn (2019: 2) sugere, para questionar a relevância dos métodos e teorias sociais familiares da era “pré-digital” e desenvolver novas formas de inquirir, pensar e conhecer. A provocação de Aguilera Ontiveros (2022), acerca da relevância da teoria de-colonial para “traduzir” criticamente as tecnologias e as teorias para contextos

7 A afirmação é empiricamente validada por dados nacionais. A pesquisa TIC Domicílios 2023 (CGI.br), por exemplo, aponta que o acesso à internet está presente em 100% dos domicílios da classe A, mas em apenas 69% dos domicílios das classes D e E. No que tange ao letramento digital, a mesma pesquisa mostra que habilidades como a configuração de dispositivos ou aplicativos são dominadas por 69% dos indivíduos de classe A, contra apenas 21% nas classes D e E, confirmando que a brecha digital transcende a mera infraestrutura e se manifesta como uma profunda desigualdade de capitais e competências.

culturais próprios, também oferece um caminho promissor para a Sociologia Digital em países como o Brasil, incentivando a produção de conhecimento situado e original.

Do ponto de vista estritamente metodológico, a vastidão territorial do país, sua diversidade regional e as profundas desigualdades socioeconômicas apresentam desafios adicionais para a coleta de dados, a construção de amostras representativas em pesquisas online e a adaptação de ferramentas de análise (muitas vezes desenvolvidas em língua inglesa) para o português e para as nuances das plataformas de mídia social mais populares entre os brasileiros. O reconhecimento explícito das limitações das abordagens empregadas, como a dificuldade em apreender a totalidade de fenômenos fluidos e complexos, como a polarização política a partir de recortes temporais ou estudos de caso únicos (VINHAS; SAINZ; RECUERO, 2020: 55), sinaliza um amadurecimento do campo, que passa a refletir criticamente sobre seus próprios fazeres e a identificar a necessidade de investir em desenhos de pesquisa mais robustos, como estudos longitudinais e comparativos.

Apesar dos obstáculos, a Sociologia Digital no Brasil demonstra uma trajetória de crescente institucionalização e vitalidade. A produção científica qualificada, evidenciada pelos próprios trabalhos que informam este panorama e que são oriundos de pesquisadores vinculados a diversas universidades federais e estaduais (como UFPel, UFPR, UFRGS, UFSCar, entre outras), é um indicador claro do dinamismo da área. Observa-se a formação e consolidação de grupos de pesquisa dedicados a temas específicos da Sociologia Digital, bem como a progressiva incorporação da temática em linhas de pesquisa, disciplinas e currículos de programas de pós-graduação em Sociologia e áreas correlatas, como Comunicação e Ciência Política. Periódicos científicos nacionais têm dedicado crescente espaço à publicação de estudos sobre o digital, e a participação ativa de pesquisadores brasileiros em eventos acadêmicos, tanto nacionais quanto internacionais, e em redes de colaboração (sugerida pela afiliação e coautoria entre pesquisadores de diferentes instituições, como no estudo de VINHAS; SAINZ; RECUERO, 2020), aponta para uma articulação e um intercâmbio científico cada vez mais intenso. Este processo de institucionalização, embora ainda em desenvolvimento e enfrentando os desafios de financiamento e fomento à pesquisa característicos do cenário científico nacional, é fundamental para assegurar o desenvolvimento sustentado da Sociologia Digital no Brasil, para a formação qualificada de novas gerações de pesquisadores e para a consolidação de uma agenda de pesquisa que seja, simultaneamente, engajada com os

grandes debates globais e profundamente atenta às singularidades e urgências da realidade brasileira

3. Diálogos, Tensões e Contribuições: O Brasil no Mapa Global da Sociologia Digital

A inserção e o posicionamento da Sociologia Digital desenvolvida no Brasil, dentro do vasto e dinâmico panorama internacional, constituem um processo complexo, caracterizado por um intenso fluxo de diálogos com as correntes teóricas e metodológicas globais, mas também pela emergência de tensões produtivas e, crucialmente, pela crescente potencialidade de contribuições originais que emanam da análise crítica e situada das multifacetadas realidades sociodigitais do país. Uma avaliação aprofundada das agendas de pesquisa, dos enfoques teóricos privilegiados e das metodologias empregadas por pesquisadores brasileiros, quando cotejada com as tendências observadas em outros centros de produção científica, revela um campo em vibrante e contínua construção. Este campo, ao mesmo tempo que absorve, traduz e reelabora o conhecimento gerado internacionalmente, busca com afincado forjar uma voz distintiva e relevante no concerto global da Sociologia Digital.

É inegável que a Sociologia Digital no Brasil, em suas fases formativas e de consolidação, tem se beneficiado significativamente do intercâmbio com um repertório global de autores, obras e debates. Conceitos fundamentais como a «sociedade em rede» de Manuel Castells (2011, apud MISKOLCI, 2016: 276; UPE, 2023: 219; SELWYN, 2019: 24-25), a “cultura da conectividade” de José Van Dijck (2016, apud MISKOLCI, 2016: 279), e o arcabouço teórico-metodológico seminal proposto por Deborah Lupton (2014), para a própria definição e escopo da Sociologia Digital (LUPTON; FUENTES; GARCÍA MINGO, 2023), são frequentemente mobilizados por pesquisadores brasileiros. Estes conceitos servem como lentes analíticas para investigar a reconfiguração das relações sociais, das instituições e das identidades em um contexto de crescente mediação tecnológica. Similarmente, metodologias com lastro internacional, como a Análise de Redes Sociais (ARS), encontram aplicações frutíferas e inovadoras no estudo de fenômenos digitais no Brasil, como demonstrado por Vinhas, Sainz e Recuero (2020) na análise da esfera política online. Abordagens críticas, inspiradas em Michel Foucault, na economia política da comunicação e no sociomaterialismo, detalhadas por Lupton (2020) em sua análise da sociologia dos aplicativos móveis, também informam e enriquecem as investigações brasileiras sobre as relações de poder, as práticas de vigilância e as interações humano-tecnologia no ambiente digital. Esta permeabilidade às influências externas é um traço

característico e salutar de um campo científico que, por sua própria natureza transnacional, depende da circulação e do debate de ideias para seu avanço.

Contudo, seria uma simplificação excessiva caracterizar a relação da Sociologia Digital brasileira com o cenário internacional como um processo unidirecional de importação ou mera aplicação de modelos teóricos e metodológicos exógenos. Observa-se, com crescente nitidez, um esforço consistente de apropriação crítica e de desenvolvimento de análises que não apenas utilizam, mas também interrogam e adaptam o conhecimento global às especificidades do contexto nacional. O já mencionado estudo de Vinhas, Sainz e Recuero (2020) sobre os antagonismos discursivos nas eleições brasileiras de 2018 é emblemático nesse sentido. Ao articular a Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe com a ARS, os autores não se limitam a aplicar um referencial teórico consolidado internacionalmente, mas o fazem de forma criativa e situada para desvendar as particularidades da polarização política em plataformas digitais no Brasil, gerando *insights* que possuem o potencial de retroalimentar o debate teórico mais amplo sobre a dinâmica dos conflitos discursivos online em regimes democráticos contemporâneos. De maneira análoga, as reflexões de Miskolci (2016) sobre os usos das mídias digitais no Brasil, ao considerar as continuidades históricas da formação social brasileira e as singularidades da experiência da conectividade em um país profundamente marcado por desigualdades estruturais, apontam para a imperatividade de uma teorização que seja, ao mesmo tempo, informada globalmente e empiricamente ancorada localmente.

A complexa questão sobre o papel do Brasil no cenário global da Sociologia Digital – se predominantemente como um importador de teorias e métodos ou como um polo emergente de contribuições originais – não admite respostas binárias. Por um lado, a influência de paradigmas teóricos e metodológicos desenvolvidos e consolidados em centros de pesquisa do Norte Global é inegável e, em muitos aspectos, produtiva, fornecendo ferramentas analíticas e conceituais valiosas. Por outro lado, a singularidade dos fenômenos sociais brasileiros, quando investigados com rigor metodológico e originalidade teórica pela Sociologia Digital local, detém um potencial imenso para enriquecer, matizar e, por vezes, desafiar as generalizações apressadas que podem emanar de teorias formuladas com base em contextos socioculturais distintos. A intensidade e as formas particulares de uso de redes sociais no Brasil, que frequentemente figuram entre as mais elevadas do mundo; a complexa e imbricada relação entre inclusão digital, acesso desigual e a reprodução de desigualdades sociais preexistentes; a efervescência e, por vezes, a virulência da política digital em um contexto de acentuada polarização ideológica; e as formas específicas de

apropriação cultural das tecnologias globais são exemplos de áreas férteis onde a pesquisa sociológica digital brasileira pode oferecer contribuições distintas e de alcance internacional. A análise de como plataformas globais são “tropicalizadas”, ressignificadas e incorporadas nas práticas cotidianas dos brasileiros, por exemplo, pode gerar conhecimentos valiosos sobre a agência dos usuários, a coprodução de tecnologias e as dinâmicas de resistência e adaptação cultural, dialogando criticamente com perspectivas como a Construção Social da Tecnologia (AGUILERA ONTIVEROS, 2022 ou 2023: 63) e as abordagens socio-materiais que enfatizam a interação entre humanos e não-humanos (LUPTON, [2020?]: 11).

As tensões que emergem desse diálogo entre o local e o global são, em grande medida, epistemologicamente produtivas. A necessidade de adaptar metodologias impulsiona a inovação para além do plano técnico – como no desenvolvimento de ferramentas de coleta de dados em língua portuguesa ou em abordagens etnográficas sensíveis às dinâmicas culturais do Brasil. Essa adaptação é, fundamentalmente, epistemológica, pois envolve um esforço crítico de redefinir o que se considera como “dado” relevante, “validade” metodológica e “representatividade” em pesquisas conduzidas no contexto brasileiro. O desafio constante de teorizar a partir da realidade brasileira, considerando suas contradições históricas, suas clivagens sociais e suas manifestações culturais singulares, pode levar ao desenvolvimento de conceitos e interpretações que não apenas testam, mas também expandem e qualificam os limites de teorias sociológicas mais amplas sobre o digital. Neste particular, a sugestão de Aguilera Ontiveros (2022 ou 2023: 64) acerca da relevância da adoção de perspectivas decoloniais oferece um caminho promissor. Tal abordagem permitiria que a Sociologia Digital brasileira se posicionasse de forma mais assertiva no cenário global, não apenas como consumidora, mas como produtora crítica de teorias que reflitam sobre as relações de poder e as assimetrias geopolíticas inerentes à própria produção e circulação do conhecimento científico em escala mundial.

Adicionalmente, o estabelecimento de um diálogo comparativo com a Sociologia Digital desenvolvida em outros contextos não-hegemônicos ou do Sul Global, como os explorados em alguns dos textos que fundamentam este artigo – como os estudos provenientes da Rússia (KIBAKIN, 2020; SHULTZ et al., 2022; SHURAEVA, 2020), da China (ZHOU et al., 2019) ou da Indonésia (UPE, 2023; WIBOWO et al., 2023) – pode revelar paralelos temáticos, desafios metodológicos compartilhados e agendas de pesquisa convergentes. Por exemplo, a preocupação dos pesquisadores russos com os problemas teórico-metodológicos da “virtualidade real” e da complexa relação entre a “conta” online e a identidade

multifacetada do usuário (SHULTZ et al., 2022) encontra um forte eco nos debates brasileiros sobre autenticidade, performance identitária e representação no ambiente digital. A abordagem chinesa da “sociologia digital do software” (ZHOU et al., 2019), com seu foco metodológico nos dados de atividade de desenvolvimento e sua análise dos ecossistemas de código aberto, abre um flanco de investigação ainda relativamente pouco explorado no Brasil, mas com um potencial considerável para estudos sobre novas formas de trabalho digital, comunidades de prática online e a governança de infraestruturas digitais. As investigações indonésias sobre a adaptação tecnológica de pequenos negócios ao e-commerce (UPE, 2023), e o papel ambivalente das mídias sociais nos processos de integração cultural (WIBOWO et al., 2023) também dialogam diretamente com preocupações extremamente relevantes para a realidade brasileira, como o impacto das plataformas digitais na economia informal e as complexas dinâmicas identitárias em uma nação multicultural e intensamente conectada.

Em suma, o posicionamento da Sociologia Digital brasileira no mapa global é o de um campo acadêmico que, ao mesmo tempo que se nutre de forma crítica e seletiva dos avanços e debates internacionais, possui a maturidade crescente e a responsabilidade premente de gerar conhecimento original e socialmente relevante. Este conhecimento deve ser capaz de iluminar as particularidades da transformação digital no Brasil e, simultaneamente, enriquecer o debate sociológico global sobre as múltiplas e contestadas facetas da vida na era digital. A superação de uma postura meramente aplicacionista ou reprodutora de teorias e métodos concebidos em outros contextos, em favor de uma produção intelectual que valorize a reflexão crítica a partir das ricas e, por vezes, paradoxais especificidades locais, é o caminho mais promissor para que as contribuições brasileiras à Sociologia Digital alcancem maior visibilidade, impacto e reconhecimento no cenário científico internacional

4. Perspectivas Futuras e Agenda de Pesquisa para a Sociologia Digital

A análise do estado da arte da Sociologia Digital, ao delinear suas trajetórias globais e as configurações específicas que assume em contextos como o brasileiro, não apenas atesta a vitalidade e a relevância de um campo científico em plena expansão, mas também lança luz sobre os horizontes futuros e os desafios prementes que demandarão a atenção e o engenho dos sociólogos. A própria natureza da Sociologia Digital, intrinsecamente ligada à velocidade das transformações sociotécnicas, impõe uma agenda de pesquisa dinâmica, em constante processo de renovação teórica, metodológica e temática. Selwyn (2019: 1) destaca que a

Sociologia Digital se insere na tradição da disciplina de questionar o novo, mas também de se adaptar e evoluir. Olhar prospectivamente para o campo significa, portanto, ir além da consolidação dos avanços já alcançados, engajando-se ativamente na antecipação dos impactos sociais de novas tecnologias, na identificação de lacunas epistemológicas e na formulação de questões de pesquisa que respondam aos problemas emergentes da vida crescentemente digitalizada.

Para o futuro da Sociologia Digital, é fundamental investigar, de forma aprofundada e crítica, o impacto social das tecnologias disruptivas que se inserem progressivamente no cotidiano e nas estruturas institucionais. A inteligência artificial (IA) e os algoritmos de aprendizado de máquina (*machine learning*), como destacado por Lupton (LUPTON; FUENTES; GARCÍA MINGO, 2023: 241) e ecoado por Selwyn (2019: 22) ao discutir como algoritmos se tornam “agentes” na tomada de decisão, transcendem o domínio da ficção científica. Eles se manifestam em sistemas de recomendação, que moldam o consumo cultural, em *chatbots* que mediam o atendimento ao cliente, e em processos de tomada de decisão automatizada que afetam esferas críticas como a concessão de crédito, a seleção para vagas de emprego, os sistemas de vigilância e policiamento preditivo, e a administração da justiça (LUPTON; FUENTES; GARCÍA MINGO, 2023: 241). A Sociologia Digital possui um papel insubstituível no desvendamento das implicações éticas, sociais e políticas desses sistemas, incluindo a investigação dos vieses algorítmicos – que frequentemente reproduzem e amplificam desigualdades sociais preexistentes (NOBLE, 2018, apud SELWYN, 2019: 59) – e a análise da opacidade dos processos decisórios automatizados.

Paralelamente, a expansão da Internet das Coisas (IoT) abre novas e desafiadoras fronteiras para a investigação sociológica (LUPTON; FUENTES; GARCÍA MINGO, 2023: 240). Lupton (2023b, apud LUPTON; FUENTES; GARCÍA MINGO, 2023: 240) e Selwyn (2019: 5) apontam para a crescente popularidade de dispositivos inteligentes que mediam nossas interações com o ambiente e outros seres. Este fenômeno exige que a Sociologia Digital transcenda o estudo das interações humano-humano mediadas por telas, para abarcar as complexas relações entre humanos, dados, algoritmos, objetos inteligentes e o ambiente material “datificado”. Perspectivas teóricas inovadoras, como a “teoria do mais-que-humano” ou o “novo materialismo” (LUPTON; FUENTES; GARCÍA MINGO, 2023: 242), oferecem ferramentas para analisar esses novos agenciamentos sociotécnicos. O desenvolvimento de mundos virtuais imersivos, como o “metaverso”, também demanda da Sociologia Digital o desenvolvimento de abordagens metodológicas e teóricas aprofundadas (LUPTON; FUENTES; GARCÍA MINGO, 2023: 240).

Outra frente de pesquisa crucial refere-se aos desafios da desinformação, da proliferação de discursos de ódio e da crescente polarização política e cultural amplificados pelas plataformas digitais (LUPTON; FUENTES; GARCÍA MINGO, 2023: 241). Como Lupton (LUPTON; FUENTES; GARCÍA MINGO, 2023: 241) e Selwyn (2019: 110) pertinentemente ressaltam, a circulação viral desses fenômenos representa um obstáculo à coesão social e ao enfrentamento de crises globais. A Sociologia Digital desenvolvida no Brasil, com sua experiência na análise de contextos de alta polarização (VINHAS; SAINZ; RECUERO, 2020), tem potencial para contribuir com *insights* valiosos para este debate.

Do ponto de vista metodológico, o futuro da Sociologia Digital aponta para uma crescente interdisciplinaridade e experimentação. A mineração de grandes volumes de dados (*big data*), a Análise de Redes Sociais (ARS) e a “webometria” (KIBAKIN, 2020) continuarão importantes. No entanto, como alertam Shultz et al. (2022: 141) e Selwyn (2019: 82-85), sua aplicação eficaz requer hipóteses sociológicas robustas e triangulação com métodos qualitativos. Deborah Lupton (LUPTON; FUENTES; GARCÍA MINGO, 2023: 242) defende a experimentação com “métodos criativos”, e Selwyn (2019: 87) destaca a importância de abordagens que desenvolvam artefatos e objetos como parte da pesquisa, os “métodos vivos” que testam e reinventam relações com ambientes sociais. A proposta da “sociologia digital do software” de Zhou et al. (2019) sinaliza a importância de os sociólogos desenvolverem novas competências para lidar com dados menos convencionais.

Nesse movimento de renovação metodológica e teórica, aprofundar o diálogo e a inserção da Sociologia Digital no campo mais amplo das Humanidades Digitais configura-se como uma estratégia particularmente promissora. Ambas as áreas, embora com enfoques distintos, compartilham um interesse fundamental no impacto do digital sobre a cultura, a produção de conhecimento e as práticas sociais (MISKOLCI, 2016; RHUKUZAGE, 2020). Selwyn (2019: ix) reconhece a natureza inerentemente interdisciplinar da Sociologia Digital, que se estende por diversas fronteiras disciplinares, incluindo as humanidades digitais. A colaboração pode se manifestar no desenvolvimento de métodos mistos, na reflexão crítica conjunta sobre plataformas e algoritmos, e na formação interdisciplinar de novos pesquisadores, capacitando-os, como sugere Selwyn (2019: 100), a serem “mediadores” entre comunidades sociológicas e computacionais.

4.1. Fortalecendo o Engajamento Público e o Diálogo com Políticas Públicas

Para além da produção acadêmica, a Sociologia Digital no Brasil possui a responsabilidade premente de fortalecer seu engajamento público e o diálogo com a

formulação de políticas públicas. Selwyn (2019: 107) dedica atenção à “sociologia pública digital”, ecoando os apelos de Burawoy por um engajamento com múltiplos públicos. Isso implica, primeiramente, um esforço contínuo na tradução e comunicação do conhecimento científico para linguagens acessíveis, utilizando as próprias plataformas digitais como canais de divulgação e debate, configurando uma ‘Sociologia Pública Digital’⁸ (LUPTON, 2015; MISKOLCI, 2016).

Em segundo lugar, trata-se de posicionar a Sociologia Digital como uma fonte de subsídios para a arena política e para as organizações da sociedade civil. Pesquisas sociológicas podem oferecer diagnósticos precisos sobre os desafios da inclusão digital, os impactos da IA, a regulação de plataformas, a proteção de dados, a precarização do trabalho e os vieses algorítmicos⁹ (LUPTON; FUENTES; GARCÍA MINGO, 2023; CASTRO, 2023). Como Selwyn (2019: 114) aponta, parafraseando Marx, o objetivo não é apenas interpretar o mundo digital, mas também mudá-lo, o que ressalta a importância do ativismo acadêmico e da colaboração com movimentos sociais.

Contudo, para que este diálogo se efetive no Brasil, é preciso superar entraves consideráveis. Estes incluem a necessidade de alinhar os *timings* da pesquisa acadêmica com as urgências da tomada de decisão política, a construção de uma cultura de valorização da evidência científica na gestão pública, e o desenvolvimento de habilidades de comunicação eficaz por parte dos pesquisadores. A criação de pontes institucionais – como fóruns permanentes de discussão, plataformas de *policy briefs*, e a participação de sociólogos em conselhos e consultas públicas – é fundamental para facilitar essa interação. O fomento a projetos de pesquisa aplicada e a colaboração com atores extra-acadêmicos também se mostram indispensáveis, e nesse ponto, o papel das Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) e a criação de editais específicos são centrais. Tais mecanismos podem atuar tanto como facilitadores, ao incentivarem a ciência aplicada,

8 A prática da sociologia pública digital no Brasil já conta com diversas iniciativas consolidadas. Exemplos notáveis incluem podcasts de grande alcance, como o “Chutando a Escada”, que debate temas de relações internacionais e ciências sociais; canais no YouTube, como o “Tese Onze” e o “Café e Sociologia”, que popularizam conceitos e análises críticas; e um crescente número de sociólogos que utilizam plataformas como o Instagram e o Twitter para realizar divulgação científica, comentar a conjuntura e engajar diretamente com o público.

9 No Brasil, um exemplo dessa interface é o debate em torno da **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)**, cuja formulação, implementação e fiscalização demandam diagnósticos sociológicos sobre vigilância, poder algorítmico e os impactos da dataficação na sociedade. Paralelamente, a atuação de organizações da sociedade civil, como o **Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio (ITS Rio)** e o **Intervozes**, ilustra a prática do advocacy informado pela pesquisa. Tais organizações produzem conhecimento crítico e participam ativamente do debate público sobre a regulação de plataformas, o combate à desinformação e a defesa dos direitos digitais, servindo de ponte entre a academia e a formulação de políticas.

quanto como barreiras, caso seus modelos de fomento sejam desalinhados das demandas sociais urgentes.

No que tange especificamente ao contexto brasileiro, a agenda de pesquisa futura da Sociologia Digital deve continuar a se debruçar sobre os problemas estruturais e as desigualdades persistentes que marcam o país. A investigação das múltiplas e interconectadas dimensões da desigualdade digital (MISKOLCI, 2016) permanece como uma tarefa central e inadiável. É crucial analisar, com rigor e sensibilidade, como as tecnologias digitais podem, paradoxalmente, tanto exacerbar desigualdades preexistentes (socioeconômicas, regionais, de gênero, étnico-raciais) quanto, em determinadas circunstâncias e com as devidas mediações, oferecer ferramentas para a sua mitigação, para o empoderamento de grupos marginalizados ou para a articulação de movimentos sociais e formas alternativas de participação cívica (MISKOLCI, 2016: 285-286). A intrincada relação entre tecnologias digitais, democracia, qualidade da esfera pública, participação política e os crescentes riscos para os processos democráticos – como a manipulação da opinião pública, a vigilância estatal e corporativa e a erosão da confiança nas instituições – continuará a ser um tema nevrálgico e de alta relevância social para a Sociologia Digital brasileira.

Finalmente, a Sociologia Digital, tanto em sua vertente brasileira quanto em seu desenvolvimento global, enfrenta o desafio perene de sua própria reflexividade epistemológica e de sua capacidade de produzir conhecimento socialmente relevante e engajado. Como assinalado por Shultz et al. (2022: 141), a dificuldade persistente em correlacionar de forma inequívoca o comportamento da “conta” online com a totalidade da personalidade e das ações do usuário no mundo físico (o que os autores denominam “o problema da persona”) e a necessidade premente de desenvolver bases teórico-metodológicas cada vez mais sólidas para avaliar o impacto multifacetado do virtual no real são questões que exigem investigação sistemática e contínua. Para além da produção de conhecimento acadêmico, a Sociologia Digital tem um papel fundamental a desempenhar na informação de debates públicos, na formulação e avaliação de políticas públicas que visem a um desenvolvimento tecnológico mais ético, justo, democrático e inclusivo, e na promoção de uma literacia digital crítica que capacite os cidadãos a navegar de forma consciente, reflexiva e participativa no complexo e dinâmico ecossistema digital contemporâneo. Selwyn (2019: 116) enfatiza que os sociólogos digitais devem ser tão questionadores e céticos em relação às suas próprias práticas digitais quanto são em relação às dos outros. Neste empreendimento, a colaboração interdisciplinar, não apenas com outras ciências sociais e humanas, mas também com campos como a ciência da computação, o direito,

o design, as artes e a educação, será cada vez mais indispensável para enfrentar a magnitude e a complexidade dos desafios futuros e para construir uma Sociologia Digital que seja, simultaneamente, academicamente rigorosa, metodologicamente inovadora e socialmente transformadora.

Considerações Finais

O panorama da Sociologia Digital, tanto em sua trajetória de consolidação internacional quanto em suas manifestações e desafios específicos no contexto brasileiro, revela um campo de investigação sociológica de vitalidade inquestionável e relevância crescente. Longe de se constituir como uma mera subárea técnica ou um modismo acadêmico passageiro, a Sociologia Digital emerge como uma lente analítica fundamental para a compreensão das profundas e multifacetadas transformações que as tecnologias digitais imprimem sobre as dinâmicas sociais, as estruturas de poder, as subjetividades e as próprias formas de produção e circulação do conhecimento no século XXI. Como argumenta Selwyn (2019: 116), este é um campo que exige dos sociólogos uma postura crítica não apenas em relação ao seu objeto, mas também às suas próprias práticas de pesquisa e engajamento no ambiente digital.

A análise da produção científica evidencia que a Sociologia Digital transcende a simples aplicação de métodos digitais à pesquisa social, abarcando um amplo espectro de preocupações teóricas, epistemológicas e éticas. No Brasil, o campo tem se desenvolvido com um olhar atento às particularidades da formação social do país, investigando desde a efervescência da esfera política digital e os desafios da desinformação (VINHAS; SAINZ; RECUERO, 2020), até as reconfigurações da vida cotidiana, das identidades e das desigualdades sob a égide da conectividade (MISKOLCI, 2016). O diálogo com as tendências globais é constante, mas cada vez mais permeado por um esforço de produção de conhecimento situado e original, capaz de contribuir para um entendimento mais nuançado das “tropicalizações”¹⁰ tecnológicas e dos impactos específicos do digital em contextos periféricos ou semiperiféricos.

10 Exemplos dessa “tropicalização” tecnológica abundam no Brasil. Um caso emblemático é o uso intensivo e particular do WhatsApp nas disputas políticas, onde a plataforma foi ressignificada como uma arena central para mobilização e disseminação de discursos, com dinâmicas que refletem a cultura política local. Outro exemplo pode ser observado no uso do TikTok por jovens de periferias urbanas, que se apropriam da plataforma global para criar formas singulares de autoexpressão cultural, visibilidade e contestação de estereótipos. A análise desses fenômenos exige um olhar sociológico que vá além da aplicação de modelos importados, sendo um campo fértil para a produção de teoria original.

As perspectivas futuras para a Sociologia Digital são marcadas pela necessidade imperativa de enfrentar os desafios sociotécnicos impostos por tecnologias disruptivas como a inteligência artificial, a Internet das Coisas e o metaverso, bem como pela urgência de desenvolver estratégias de pesquisa e intervenção que abordem a persistência das desigualdades digitais e os riscos à democracia e à coesão social. Neste empreendimento, a interdisciplinaridade, particularmente o aprofundamento do diálogo com as Humanidades Digitais, e a experimentação com métodos criativos e reflexivos¹¹ (LUPTON; FUENTES; GARCÍA MINGO, 2023; SELWYN, 2019) mostram-se como caminhos promissores para a inovação metodológica e teórica.

Reafirma-se, portanto, a centralidade da Sociologia Digital não apenas como um subcampo especializado, mas como uma dimensão crucial do fazer sociológico no século XXI. Ela é indispensável para a compreensão das complexas e mutáveis relações entre tecnologia, sociedade e poder, e para a construção de um futuro digital mais justo, ético e democrático – processo no qual o engajamento crítico com o campo ampliado das Humanidades Digitais, a reflexão contínua sobre seus próprios métodos e pressupostos, e o diálogo informado com a formulação de políticas públicas revelam-se indispensáveis. A Sociologia Digital, em sua essência, convoca os pesquisadores a não apenas interpretar o mundo digital, mas a participar ativamente na sua conformação, buscando, como sugere Selwyn (2019: 114), transformar a realidade social através de um conhecimento engajado e socialmente responsável.

Por fim, a consolidação da Sociologia Digital como dimensão central do fazer sociológico passa, impreterivelmente, por sua maior inserção nos currículos de formação em Ciências Sociais no Brasil. A institucionalização do campo não se completa apenas com a produção de pesquisa qualificada, mas com a capacitação de novas gerações de sociólogos para os quais a reflexão sobre as dinâmicas digitais não seja uma especialidade opcional, mas uma competência basilar. Integrar essa agenda nos cursos de graduação e pós-graduação é o passo decisivo para garantir que a sociologia continue a ser uma disciplina

¹¹ Entre esses métodos, destacam-se abordagens como a **etnografia digital** ou **netnografia participativa**, que aprofunda a imersão do pesquisador nas comunidades online; a **cartografia digital crítica**, que busca mapear visualmente controvérsias e relações de poder em plataformas; e os chamados “**métodos vivos**”, discutidos por Selwyn (2019), nos quais os pesquisadores desenvolvem artefatos como parte do próprio processo investigativo. Tais abordagens, defendidas por autoras como Lupton, buscam superar uma visão meramente extrativista dos dados digitais em favor de uma pesquisa mais engajada e epistemologicamente consciente.

vital e relevante para a interpretação dos dilemas de seu tempo, formando profissionais capazes de analisar criticamente as infraestruturas de poder que moldam a sociedade contemporânea.

Referências:

- AGUILERA ONTIVEROS, A. La sociología digital: conceptos, métodos y retos. ININEE CIENCIA | Revista de divulgación científica, [S.l.], p. 61-68, 2022 ou 2023.
- CASTRO, T. B. A Sociologia Digital na era do big data: apontamentos preliminares e problemáticas teórico-metodológicas na pesquisa sociológica. PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 128-148, jan./jun. 2023.
- GREYSON, D. et al. Digital Sociology and Information Science Research. In: PROCEEDINGS OF THE ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE AND TECHNOLOGY, Copenhagen, 2016. Proceedings...Medford, MA: Association for Information Science and Technology, 2016. p. 1-4.
- KIBAKIN, M. V. Вебометрика как диагностический инструментальный цифровой социологии: содержание, предназначение, опыт использования [Webometrics as a diagnostic tool for digital sociology: content, purpose, experience of use]. Цифровая социология / Digital Sociology, [S.l.], v. 3, n. 1, p. 12-18, 2020.
- LANE, J.; LINGEL, J. Digital Ethnography for Sociology: Craft, Rigor, and Creativity. Qualitative Sociology, [S.l.], v. 45, p. 319-326, 2022.
- LUPTON, D. Digital Sociology. London: Routledge, 2015.
- LUPTON, D. The sociology of mobile apps. In: ROHLINGER, D. A.; SOBIERAJ, S. (Eds.). The Oxford handbook of sociology and digital media. Oxford: Oxford University Press, 2022. p. 197-218. (Nota: Referência citada na entrevista com Lupton).
- LUPTON, D.; FUENTES, A.; GARCÍA MINGO, E. Presente y futuro de la sociología digital: Entrevista a Deborah Lupton. Teknokultura. Revista de Cultura Digital y Movimientos Sociales, [S.l.], v. 20, n. 2, p. 239-242, 2023.
- MARRES, N. The redistribution of methods: on intervention in digital social research, broadly conceived. The Sociological Review, [S.l.], v. 60, n. 1_suppl, p. 139-165, 2012.
- MISKOLCI, R. Sociologia Digital: notas sobre pesquisa na era da conectividade. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar, São Carlos, v. 6, n. 2, p. 275-297, jul.-dez. 2016.
- NASCIMENTO, L. F. LUPTON, Deborah. Digital Sociology. Routledge, 2015, 230p. [Resenha]. Caderno CRH, Salvador, v. 28, n. 75, p. 671-673, set./dez. 2015.
- ORTON-JOHNSON, K.; PRIOR, N. (Eds.). Digital sociology: Critical perspectives. New York, NY: Palgrave Macmillan, 2013.

- RHUKUZAGE, S. K. Sociologia digital ou sociologia do digital? Ver. Abordagens, João Pessoa, v. 2, n. 1, jan.-jun. 2020.
- SELWYN, N. What is Digital Sociology? Cambridge: Polity Press, 2019.
- SHULTZ, V. L.; GREBENYUK, A. A.; ASHMANOV, I. S. Теоретико-методологические проблемы цифровой социологии [Theoretical and methodological problems of digital sociology]. Вестник Московского университета. Серия 18. Социология и политология, [S.l.], v. 28, n. 1, p. 126-144, 2022.
- SHURAEVA, L. Y. Развитие цифровой социологии в современной науке [Development of digital sociology in modern science]. Вестник университета, [S.l.], n. 3, p. 174-177, 2020.
- UPE, A. Innovation and Technological Adaptation of Business Actors in the Digital Age: A Digital Sociology Perspective. Indonesian Journal of Innovation and Applied Sciences (IJIAS), [S.l.], v. 3, n. 3, p. 218-227, Oct. 2023.
- VINHAS, O.; SAINZ, N.; RECUERO, R. Antagonismos discursivos nas hashtags #marqueteirosdojair e #bolsolão no Twitter nas eleições de 2018 no Brasil: contribuições da análise de redes sociais à sociologia digital. Estudos de Sociologia, Araraquara, v. 25, n. 48, p. 37-61, jan.-jun. 2020.
- WIBOWO, G. A. et al. The Influence of Social-Media on Cultural Integration: A Perspective on Digital Sociology. International Journal of Science and Society, [S.l.], v. 5, n. 4, p. 363-375, 2023.
- WYNN, J. R. Digital sociology: emergent technologies in the field and the classroom. Sociological Forum, [S.l.], v. 24, n. 2, p. 448-456, 2009.
- ZHOU, M.; ZHANG, Y.; TAN, X. 软件数字社会学 [Software digital sociology]. SCIENTIA SINICA Informationis, Beijing, v. 49, n. 11, p. 1399-1411, 2019.

Data de recebimento: 09 de junho de 2025

Data de aceite: 25 de agosto de 2025

Como citar este artigo:

LEITÃO, Leonardo Rafael Santos. Desafios e horizontes da sociologia digital: uma análise da produção científica no brasil e no mundo. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v.16, p. 1-24, e151427, 2026, Doi: <https://doi.org/10.14244/contemp.v16.1427>